

Conservatório de música não tem instrumentos

O CONSERVATÓRIO de Música de Coimbra existe há mais de um ano, mas, até hoje, os 900 alunos nele inscritos nunca puderam aprender uma única nota musical. Criado, em Setembro de

1985, pela portaria 656 do Ministério da Educação, o Conservatório nunca iniciou a actividade lectiva, devido à falta de material e de mobiliário, e tem sido o centro de uma polémica que envolve a

sua Comissão Instaladora, a Comissão de Pais e o Ministério da Educação.

Embora a situação pareça estar em vias de ser desbloqueada com a atribuição de uma verba de três mil contos à Comissão Instaladora para a aquisição de instrumentos, o que permitiria iniciar as aulas no próximo dia 5 de Janeiro, a Comissão de Pais não partilha da mesma opinião e a questão poderá arrastar-se num imenso coro de vozes desafinadas.

A Comissão de Pais tem procurado, por todos os meios, sensibilizar o Governo para a situação. O caso ganhou recentemente nova repercussão, com a realização de uma insólita manifestação de protesto contra o bloqueamento do Conservatório: alunos e pais passearam por várias artérias de Coimbra tocando instrumentos de sopro e percussão, proporcionando um espectáculo pouco usual aos conimbricenses, e distribuindo dezenas de cópias de um documento referente à situação do Conservatório,

bem como de uma queixa enviada ao Provedor de Justiça.

«Um insulto aos alunos»

Um elemento da Comissão de Pais, contactado pelo EXPRESSO, afirma que o actual estado de coisas está a «beneficiar» uma escola privada de música, porque a criação do Conservatório implicou a extinção de duas outras escolas particulares, nomeadamente a cooperativa Rê Maior, e a Escola de Música de Coimbra. Idêntica opinião foi adiantada pelo maestro Adelino Martins, da Comissão Instaladora do Conservatório: «Os interesses em jogo não foram devidamente salvaguardados pelo Ministério, pois as outras duas escolas só deveriam ter encerrado quando o Conservatório entrasse

de facto, sendo para tal necessário um investimento de 20 mil contos em instrumentos e mobiliário. A mesma fonte considerou que a atribuição de 3 mil contos «é um insulto aos alunos, porque não passa de um remendo que não resolve a situação, revelando-se mais um expediente para continuar a protecção à escola particular». Em suma, tudo indica que a chamada «guerra dos músicos» continuará a excitar os ânimos na comunidade académica de Coimbra, apesar de o secretário de Estado da Administração Escolar, Simões Alberto, considerar que «o problema do equipamento do Conservatório está resolvido» com a atribuição do subsídio de três mil contos e que, «nesta fase, é o que se pode fazer».

Eduardo Dâmaso

efectivamente em funções», explicou.

Adelino Martins defendeu também que a escola privada ainda em funcionamento — o Conservatório Regional de Coimbra — não deveria continuar a ser subsidiada pelo Estado, pois recusou a integração no Conservatório público. Segundo o maestro, o início das aulas, em 5 de Janeiro, só beneficiará 400 alunos, que transitam do ano anterior. Os restantes terão de passar ainda por um processo de selecção, depois de serem analisados os testes já efectuados.

Um porta-voz da Comissão de Pais afirmou, aliás, discordar do começo das aulas, por se efectuar em «condições precárias». Em sua opinião, o Conservatório deveria começar a funcionar em condições de «absoluta normal-



U
D
P
A

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ensino Artístico - Conservatório
Escola de Música